

António A. B. Pinela

ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

PLANIFICAÇÃO DA PRÁTICA LECTIVA

2010

FICHA TÉCNICA

Título: Organização e Desenvolvimento Curricular:
Planificação da Prática Lectiva

Autor: António A. B. Pinela

Capa: Sítio do Livro, Lda.

Revisão: António A. B. Pinela

Edição: Edição do Autor

ISBN: 978-989-20-1865-2

Depósito legal: 304113/09

© António A. B. Pinela, 2010

Publicação e Comercialização

Sítio do Livro, Lda.

Lg. Machado de Assis, lote 2 - C 1700-116 Lisboa

www.sitiodolivro.pt

*Urge abrir a escola ao mundo, em vez de nela se
encerrar o homem, em atitude de fuga do mundo.*

Joaquim Cerqueira Gonçalves
A Escola em Debate

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
<i>1. DESENVOLVIMENTO CURRICULAR.....</i>	<i>11</i>
<i>2. O SISTEMA EDUCATIVO.....</i>	<i>14</i>
<i>2.1. Fundamentos do Sistema Educativo.....</i>	<i>14</i>
<i>2.2. Organização do Sistema Educativo</i>	<i>15</i>
<i>3. A ESCOLA.....</i>	<i>16</i>
<i>3.1. A Escola Hoje</i>	<i>17</i>
<i>3.2. Funções do Professor.....</i>	<i>19</i>
<i>4. O CURRÍCULO.....</i>	<i>22</i>
<i>4.1. Educação e Ensino</i>	<i>22</i>
<i>4.2. Concepção de Currículo.....</i>	<i>27</i>
I – PLANIFICAÇÃO DA PRÁTICA LECTIVA.....	39
<i>1. CARACTERÍSTICAS DA PLANIFICAÇÃO.....</i>	<i>41</i>
<i>2. TIPOS DE PLANIFICAÇÃO.....</i>	<i>51</i>
<i>2.1. Planificação Anual.....</i>	<i>54</i>
<i>2.2. Planificação de Unidade.....</i>	<i>56</i>
<i>2.3. Planificação de Aula/Núcleo de Aulas (a Lição).....</i>	<i>59</i>
<i>3. FINALIDADES, METAS E OBJECTIVOS.....</i>	<i>63</i>
<i>3.1. Definição e Selecção de Objectivos.....</i>	<i>67</i>

3.2. Tipos de Objectivos	72
3.2.1. Objectivos Gerais.....	73
3.2.2. Objectivos Específicos.....	75
3.3. Características dos Objectivos.....	79
3.4. Objectivos Mínimos e de Desenvolvimento	82
3.5. Lista Ilustrativa de Objectivos Gerais e Específicos.....	88
4. ESTRATÉGIAS DE ENSINO/APRENDIZAGEM.....	103
4.1. Estratégias Globais.....	103
4.1.1. Ensino Centrado na Descoberta.....	106
4.1.2. Ensino Centrado no Processo de Aprendizagem.....	107
4.1.3. Ensino Centrado nos Conteúdos.....	108
4.2. Selecção de Métodos e Suas Características Gerais	109
4.2.1. Método da Discussão/Debate (grandes grupos).....	112
4.2.2. Método da Exposição/Participação.....	114
4.2.3. Método da Leitura, Análise e Comentário de Texto	116
4.2.4. Método do Trabalho de Grupo.....	120
4.2.5. Método do Ensaio Escrito.....	125
4.2.6. Método Para o Visionamento de Filmes/Vídeos.....	129
4.2.7. Método do Caso.....	131
4.3. Actividades.....	132
4.4. Recursos Educativos.....	135
4.5. Gestão dos Tempos Lectivos.....	137
II – IMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR	141
1. DIAGNÓSTICO DAS CARACTERÍSTICAS DOS ALUNOS.....	143
1.1. Tipos de Diagnóstico	146

1.2. Objectivos Pós-Diagnóstico.....	154
2. ADAPTAÇÃO DO CURRÍCULO À REALIDADE “ALUNOS”	157
3. ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DA LIÇÃO.....	161
3.1. Expressão e Comunicação.....	161
3.2. Comunicação/Diálogo na Sala de Aula	167
3.3. A Relação Pedagógica.....	171
4. A LIÇÃO.....	175
4.1. Motivação da Aprendizagem.....	175
4.2. A Aula (ou a Lição).....	177
4.3. Organização da Sala de Aula (espaço).....	179
4.4. Início, desenvolvimento e termo da lição.....	184
5. VISITA DE ESTUDO.....	189
III. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	197
1. CONCEPÇÕES DA AVALIAÇÃO.....	199
1.1. Objectivos da Avaliação.....	200
1.2. Quando e Para Quê Avaliar.....	201
1.3. Funções da Avaliação	203
2. INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO.....	207
2.1. Instrumentos Subjectivos.....	208
2.2. Instrumentos Objectivos.....	211
2.3 Instrumentos de Avaliação/Tipo de Questões	213
3. TIPOS DE AVALIAÇÃO.....	225
3.1. Avaliação Diagnóstica	225
3.2. Avaliação Contínua.....	231
3.3. Avaliação Formativa	239

3.4. Avaliação Sumativa	242
4. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.....	249
5. AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSECUÇÃO	257
5.1. Análise da Progressão	257
5.2. Medição	259
5.3. Avaliação	260
6. REORGANIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	265
7. CLASSIFICAÇÃO DOS ALUNOS.....	269
INOVAÇÃO PEDAGÓGICA.....	271
1. CARACTERÍSTICAS	273
2. O CONTRIBUTO DAS TECNOLOGIAS.....	277
CONCLUSÃO.....	281
GLOSSÁRIO	285
BIBLIOGRAFIA.....	331

INTRODUÇÃO

1. DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

INTENÇÃO – O que me motivou a escrever este trabalho foi, em primeiro lugar, o desejo de organizar as minhas próprias experiências enquanto professor e como Orientador de Estágio Pedagógico – Ramo Educacional –, primeiro a trabalhar com a Universidade Católica (Lisboa), depois com a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; em segundo lugar, por verificar que faz sentido incluir num só texto temas que encontramos dispersos por várias obras, mas que constituem um todo que se traduz na *Organização e Desenvolvimento Curricular*.

Não quero com isto dizer que aquela multiplicidade de obras não seja útil aos professores. É evidente que o é. Se não considerasse positivamente aquelas obras, que sentido faria indicar muitas delas na bibliografia?

O meu trabalho é, portanto, o reflexo da minha própria experiência, mas também do estudo que tenho desenvolvido, desde o início da minha actividade como professor.

O que me faz dizer que, afinal, pouco criei. Mas fiz e faço uma leitura da actividade docente, traduzi uma experiência, elaborei um texto na profunda convicção de que «*Um texto é sempre gerado por*

outro texto, um sentido é sempre expressão de um sentido – o caos não ilumina, – uma acção prolonga sempre uma acção.¹»

PÚBLICO-ALVO – Esta obra destina-se, em primeiro lugar, aos Licenciados que ingressam nos estágios – Ramo Educacional –, com vista à sua profissionalização, quer em actividades na Universidade, primeira parte do estágio, quer nas escolas: estágio pedagógico; aos alunos das Licenciaturas em ensino, cursos de formação profissionalizante integrada; aos alunos das Escolas Superiores de Educação, professores para o Ensino Básico. Em segundo lugar, destina-se a todos os Professores que pretendam ter à mão um instrumento de trabalho que, eventualmente, lhes possa ser útil em situações específicas da sua prática lectiva.

ÂMBITO – Farei uma abordagem que envolve a actividade docente, nas suas múltiplas dimensões. Neste texto reflecto sobre «O Sistema Educativo» (Introdução – 2), «A Escola» (Introdução – 3). Analisa-se em que medida o professor intervém nos vários níveis desta *Instituição*, que actividade exerce para além da função primeira e primordial, que é a actividade docente. Discorro sobre o «Currículo» (Introdução – 4), o seu significado e amplitude. O *Desenvolvimento do Processo Curricular* constitui a parte central do presente estudo, faz a abordagem, passo-a-passo, da «Planificação do Processo de Ensino/Aprendizagem» (I). A partir do desenvolvimento destas tarefas, trata-se da «Implementação do Processo Curricular» (II), que tarefas desenvolver para que a prática lectiva não se torne um pesadelo, como por vezes acontece? Por isso, reflecte-se também sobre as características dos alunos, que é preciso conhecer, e como recolher essa informação; sobre o modo de adaptar o currículo à realidade concreta, as turmas que são distribuídas aos docentes; a organização e condução da lição também fazem parte destas preocupações, etc.

Não deixei de introduzir o tema «Visita de Estudo» (II-5), actividade nem sempre muito considerada nas planificações.

¹ Joaquim Cerqueira Gonçalves, *Fazer Filosofia – Como e Onde*, Braga, FFUCP, 1990, p. 79.

A «Avaliação da Aprendizagem» (III) é talvez a tarefa mais difícil que o docente tem de realizar. Quando e para quê avaliar, qual a função da avaliação, que tipos de avaliação efectuar, como construir os instrumentos de avaliação, com que objectividade e justiça avaliamos os nossos alunos, que rigor imprimimos à classificação final dos alunos? Procura-se dar resposta a estas e a outras questões que por certo o ajudarão.

A Inovação Pedagógica é uma exigência que não pode ser ignorada. O professor do nosso tempo não pode ficar “agarrado” a preconceitos, tem de olhar para a *novidade* e *integrá-la* no seu quotidiano profissional. Dar atenção às novas exigências da denominada «Sociedade de Informação» e integrá-las na educação é já inovar a prática lectiva. O docente tem de estar atento à novidade, se não quer ser ultrapassado pelos seus próprios alunos.

GLOSSÁRIO – A terminologia em *Ciências da Educação* não está rigorosamente fixada, e creio que é difícil fixá-la. Mas isso não é um obstáculo para o nosso trabalho. Com efeito, tomamos como emprestados muitos dos vocábulos empregues por outras ciências. Na escola ensinamos várias ciências, e isso influencia-nos benéficamente, porque o *saber* é um *todo* e não um conjunto feito de fragmentos desligados. Contudo, procurei introduzir, neste texto, um *glossário*, mais ou menos abrangente, que numa primeira abordagem possa elucidar o leitor.

A terminologia incluída foi objecto de pesquisa na bibliografia indicada e na abundante legislação publicada sobre a Reforma do Sistema Educativo.

BIBLIOGRAFIA – A ideia de uma bibliografia um tanto extensa prende-se com a intenção de proporcionar ao leitor interessado o aprofundamento, mais específico, de qualquer um dos temas da *Organização e Desenvolvimento Curricular*. Basta uma leitura interessada para se dar conta da inclusão de um variadíssimo leque de opções, que permitirão ulteriores aprofundamentos.

2. O SISTEMA EDUCATIVO

O Sistema Educativo é um organismo complexo, labiríntico, mas necessário.

2.1. Fundamentos do Sistema Educativo

O Sistema Educativo é a expressão de uma concepção ideológica determinada pelo poder político. Ou, de outra forma, é uma *Filosofia da Educação* que determina toda uma concepção curricular dos vários níveis de ensino, na medida em que indica as *finalidades* e as grandes *metas* educacionais que o mesmo ensino visa.

Para alcançar estes objectivos, «o Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que (aquela), realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva.» (*Constituição da República*, Artigo 73.º).

Decorrente do estipulado pela Constituição, é criada a *Lei de Bases do Sistema Educativo* (LBSE), Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, aprovada pela Assembleia da República, em 1986, que estabelece as *grandes metas* para a educação e para a organização do Sistema Educativo Português que, no seu Artigo 1.º, número 2, diz: «O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.»

A LBSE vem, assim, dar corpo às orientações gerais que a Constituição prescreve, relativamente à educação e ao ensino. Dada a enorme importância destes dois documentos, é recomendável que todos os professores, bem como outros agentes de ensino, não

ignorem estes instrumentos de orientação e de trabalho, tal como o documento que estabelece os princípios gerais da «*Reestruturação e Organização Curricular*» (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto).

Basta a leitura dos três documentos citados para se dar conta das responsabilidades que competem à escola, no que concerne ao desenvolvimento dos diversos domínios da *praxis* educativa. Na perspectiva gizada nestes documentos, a escola deixa de ser um simples repositório de conhecimentos para passar a ser uma Instituição Formadora de indivíduos, através da qual crianças, adolescentes e jovens ou adultos obterão, de uma forma gradual e sistemática, a formação científica, técnica, social e cultural susceptível de os fazer compreender, criticar, aceitar e integrar-se no mundo do nosso tempo, que é um mundo em permanente *devir*.

No entanto, estas competências e capacidades – essenciais para atingir as grandes metas enunciadas – só terão realização plena se o poder político reconhecer que a Reforma do Sistema Educativo só é viável com professores bem formados, motivados e justamente retribuídos, de acordo com as funções que desempenham; que os alunos, pais e encarregados de educação têm o direito de não ver os seus esforços e sonhos desfeitos ou frustrados.

Para tanto, é necessário e urgente que, de uma vez por todas, e sem ambiguidades, os *políticos responsáveis* digam claramente qual o valor que o Estado atribui à função docente, à aprendizagem e, numa palavra, à escola. Com efeito, não é suficiente dizer, de quando em quando, frente às *câmaras de televisão*, «que temos que dignificar a função dos professores», «disponibilizar meios para as escolas», etc., e, depois, tudo continua mais ou menos como estava!

2.2. Organização do Sistema Educativo

O Sistema Educativo existe para servir os portugueses, para construir a identidade nacional, pessoal e social, para educar cidadãos livres, solidários e responsáveis para desenvolver valores e

capacidades. Para que seja possível alcançar estas finalidades, o Sistema Educativo compreende: 1) a educação pré-escolar, 2) a educação escolar, e 3) a educação extra-escolar.

1. A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico (cf. LBSE, art. 5.º).

2. A educação escolar estrutura-se segundo três níveis:

2.1. O ensino básico

Com nove anos de escolaridade, desenvolve-se em três ciclos (cf. LBSE, art. 6.º ss):

1.º Ciclo – quatro anos de escolaridade (1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos).

2.º Ciclo – dois anos de escolaridade (5.º e 6.º anos).

3.º Ciclo – três anos de escolaridade (7.º, 8.º e 9.º anos).

2.2. O ensino secundário

Desenvolve-se em três anos (10.º, 11.º e 12.º anos).

2.3. O ensino superior

Compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

3. A educação extra-escolar

A educação extra-escolar tem como objectivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência (cf. LBSE, art. 23.º ss).

3. A ESCOLA

Conjunto organizado de pessoas que proporciona aprendizagem, instrução, educação, experiência, conhecimento, saber e apreensão de valores.